



Explodem denúncias de assédio eleitoral

Em outubro, autoridades haviam registrado aumento de 328%. Deputada estadual sugeriu demitir quem votou em Lula

» MARIA BEATRIZ GIUSTI
» AMANDA S. FEITOZA

As denúncias de assédio eleitoral nas relações de trabalho aumentaram 328% em outubro, na comparação com setembro. Segundo dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), até ontem (27/10), foram registrados 2.364 casos de assédio eleitoral no trabalho em outubro. Em setembro, foram contabilizadas 552 denúncias. Já em agosto, o órgão havia recebido 136 denúncias. Apesar do número, nem todas as denúncias se transformam em ações judiciais. Após a apuração dos casos, o MPT pode adotar medidas extrajudiciais.

Segundo o órgão, os relatos incluem situações em que empresários estariam orientando outros empregadores a dispensar trabalhadores que votaram no PT. Diante das denúncias de retaliação e de outras práticas discriminatórias após a votação, o MPT prepara um plano de ação nacional para enfrentar essas condutas.

A procuradora do Trabalho Geny Helena Marques ressalta que o encerramento das eleições não impede a caracterização de assédio eleitoral quando há perseguição ou discriminação motivada pela escolha política do trabalhador.

“Essas situações são formas de discriminação por orientação política e, por estarem relacionadas ao processo eleitoral, também são

caracterizadas como assédio eleitoral. O fato de a votação ter terminado não significa que uma pessoa possa ser perseguida ou perder o emprego por sua escolha nas urnas”, afirma.

Em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, varas do trabalho concederam decisões favoráveis a funcionários de estabelecimentos comerciais. Em Barueri, a medida envolveu o Carrefour Comércio e Indústria Ltda.; em Embu das Artes, o Assai Atacadista, da Sendas Distribuidora S.A.; e, em Carapicuíba, o Grupo Pão de Açúcar. As empresas foram obrigadas a ajustar as jornadas para assegurar tempo hábil para que os empregados comparecessem às urnas.

Liberdade política

Na Bahia, quarto maior colégio eleitoral do Brasil, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) concedeu tutelas de urgência em ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Em um dos casos, a Rede Mix de supermercados foi obrigada a retirar a exigência de que os funcionários utilizassem camisas com o número de um dos candidatos à Presidência da República. A prática havia sido adotada em comemoração ao aniversário da rede, apesar de recomendação contrária do MPT.

A decisão também proibiu o uso de adesivos, crachás ou símbolos com números ou cores

Júlia Passos/Alerj



Deputada estadual reeleita Índia Armelau (PL-RJ): alvo de ação do Ministério Público do Trabalho

associados a candidatos e partidos. Além disso, a empresa deverá garantir tempo para que os funcionários votem e divulgar informativos sobre liberdade política.

No Rio Grande do Norte, a Justiça do Trabalho concedeu tutela de urgência em ação civil pública contra as empresas M G Construções

e Serviços Ltda. e Galvão Obras e Serviços Ltda. O MPT apontou a publicação de vídeos gravados em um canteiro de obras, na presença de operários, nos quais um empresário fazia manifestações político-partidárias acompanhadas de falas consideradas intimidatórias e constrangedoras.

A decisão determinou que os réus se abstivessem de qualquer prática de coação eleitoral e retirassem o acesso público às gravações.

No Paraná, a Justiça do Trabalho ordenou que a Sociedade Rádio Emissora Paranaense, razão social da emissora RPC, interrompesse qualquer prática de pressão política

sobre os empregados e assegurasse a liberdade de voto. A ação civil pública do MPT foi baseada em denúncias de assédio eleitoral reunidas pelo Sindicato dos Jornalistas do Paraná (SindijorPR).

No Pará, a Justiça determinou que o Hipercenter Manoel do Carmo, localizado em Anajás, no arquipélago do Marajó, retirasse de sites, redes sociais e grupos de mensagens sob seu controle um vídeo de reunião com funcionários. Segundo a denúncia, o proprietário teria feito um discurso político-eleitoral com referências a um candidato à Presidência e proferido ofensas a praticantes de religiões de matriz africana. A empresa também foi obrigada a divulgar um comunicado sobre o direito à liberdade de escolha nas eleições.

O assédio eleitoral também teve implicações entre políticos. O Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro ingressou com uma ação civil pública contra a deputada estadual reeleita Índia Armelau (PL). Nas redes sociais, ela sugeriu a empresários que demitissem funcionários que haviam votado em Lula. “Confere se ele fez L. Não faz sentido nenhum manter na tua empresa quem odeia empresários”, escreveu a parlamentar.

O ex-ministro e deputado estadual Carlos Minc (PSB-RJ) criticou a conduta de Índia Armelau. “Isso é república? Nem monarquia, nem despotismo esclarecido é. Isso é despotismo da vingança”.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Sidney Neves: mais de mil ações protocoladas na corrida presidencial

CB.Poder: judicialização das eleições

» BEATRIZ VASCONCELOS*

Em entrevista ao *CB.Poder* — programa em parceria com a TV Brasília, o procurador especial eleitoral do Conselho Federal da OAB e presidente da Abradep, Sidney Neves, analisou a crescente judicialização do processo eleitoral no Brasil. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ana Maria Campos, ele destacou que, embora haja críticas em relação à intervenção do Poder Judiciário, os próprios partidos e políticos recorrem à Justiça Eleitoral para denunciar abusos.

Sidney exemplificou o crescimento desse fenômeno com eleições recentes. Em 2010, na corrida presidencial entre Dilma Rousseff e

José Serra, foram registrados cerca de 350 processos. Em 2026, houve mais de 1.000 ações protocoladas, informou Neves. Para o especialista, o salto numérico evidenciado como as disputas eleitorais estão cada vez mais judicializadas.

O procurador especial eleitoral do Conselho da OAB comentou sobre o pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) do Partido Social Democrático (PSD) em relação à eleição de governador no Rio de Janeiro. A ação do partido questiona a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de indeferir o registro e anular os votos do candidato Garotinho quatro dias após o primeiro turno. A anulação reduziu o total de

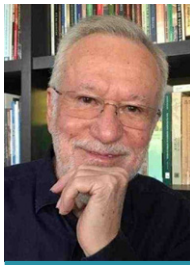
votos válidos da disputa e declarou a vitória de Douglas Ruas.

Para o especialista, a tentativa de Garotinho de solicitar a desistência de seu registro somente após a apuração das urnas tinha o objetivo explícito de alterar o resultado proclamado. “Esse indeferimento deveria acontecer antes da realização do pleito, e não depois”, avaliou Sidney Neves. O convidado observou que, de acordo com a legislação, se o pedido do PSD for acolhido, a anulação de votos pode levar a eleições suplementares, que possuem janelas anuais no calendário do TSE, sendo a última em dezembro.

Sobre o caso ocorrido no Distrito Federal com a rejeição do registro da candidatura de José Roberto

Arruda pelo TSE antes da votação em primeiro turno, o especialista fez algumas observações. afirmou que, se a decisão tivesse ocorrido depois da primeira votação, teria o mesmo efeito. Sidney Neves destacou que o ex-candidato Arruda, ao comunicar previamente à população que não iria recorrer e que não estava mais na disputa ao GDF, permitiu ao eleitor ir às urnas ciente de que aqueles votos seriam nulos. Já no Rio de Janeiro, o candidato Garotinho manteve a candidatura até a apuração e só apresentou a desistência após a divulgação do resultado das urnas.

* Estagiária sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza



ALEXANDRE GARCIA

NÃO SE PODE DIZER, COMO O ATO FALHO DE LULA, QUE ACABOU O BRASIL, MAS NÃO VAI SER FÁCIL. FLÁVIO SE LIVROU DESSE LEGADO; LULA VAI TER QUATRO ANOS SEM A JUSTIFICATIVA DA “HERANÇA MALDITA”

Quatro anos

Lula não é novidade para o brasileiro, mas no dia seguinte à reeleição, o mercado reagiu derrubando a Bolsa em minutos após a abertura e fazendo o dólar disparar de abaixo de 5 reais para quase 6 reais. Os juros das aplicações subiram para 15,25% a.a. O Tesouro teve que recomprar quase 15 bilhões de reais em papéis. Tudo na primeira manhã após a eleição mostrar que Lula continuará

por mais quatro anos. Ora, não foi mudança de um governo com Paulo Guedes para Lula; foi de Lula para Lula. Apenas continua. Então por que o susto? Que macro dificuldades assustam os que operam com o capital das empresas abertas e com o mercado exterior? Que mudanças esperam aqueles que já vêm operando as oscilações dos mercados de capitais e de câmbio desde 2023,

quando começou o terceiro mandato de Lula? Talvez seja isto: não esperam mudanças, pois se não houver significa piora no endividamento público e acúmulo de déficits nas contas do governo.

Lula nesses dias tem dito que “nós vamos mudar o jeito de governar este país”. Soa genérico e se abre a interpretações diferentes. Não é crível que esteja fazendo uma autocrítica. Não é crível que vá cortar ministérios, despesas, reverter área social, combater endividamento. Ou seria uma ameaça, pois

fala em maior participação do povo, o que acontece na democracia direta da Suíça, mas pode soar como ignorar o Congresso dos representantes do povo e dos estados, onde ficou com minoria de deputados, senadores, com a última eleição. Jânio Quadros, Collor e Dilma deram as costas para o Congresso e não acabaram bem. Seria essa incerteza que fez a Bolsa acionar o circuit breaker e a busca de proteção no dólar e ouro? Também há as incertezas deixadas nos dois debates. Lula na Band dando as costas

para a câmera e cometendo o ato falho de “o Brasil acabou”; depois, na Globo, confuso com o temário do painel, sem ouvir respostas de Flávio, lento no raciocínio e, de novo um ato falho, o de acabar com a polícia. Lula já não é o jovem ágil; é o presidente mais idoso da história do Brasil, repetindo as ideias de ganância e de que o consumo gera crescimento, sem se preocupar com o endividamento. Seriam mais quatro anos de agravamento das consequências do desequilíbrio fiscal e da dívida pública.

A tudo isso se soma a insegurança jurídica e institucional criada pelo Supremo, acrescida da insegurança eleitoral agravada por Zanin. O primeiro turno fez a Câmara e boa parte do Senado sob medida para Flávio, mas um Congresso oponente a Lula. Juntam-se então dificuldades econômicas, jurídicas e políticas para o próximo quadriênio. Mas não se pode dizer, como o ato falho de Lula, que acabou o Brasil, mas não vai ser fácil. Flávio se livrou desse legado; Lula vai ter quatro anos sem a justificativa da “herança maldita”.